



Curso

Jurisprudência do Tribunal de Contas e Tribunais Administrativos

29 junho e 1 julho | 2026

Horário das Sessões (3h30m) | 09h30m – 13h00m

Carga horária | 7h

Formador | João Batista

Coordenação | Ana Oliveira

Formato | Online (Microsoft Teams)

Valor da Inscrição: 180,00€ (acresce IVA à taxa legal em vigor)

João Batista

Formador

Licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa, Mestrado em Direito Administrativo pela Universidade Católica Portuguesa, pós-graduações nas áreas do Direito da Concorrência e da Regulação, e do Direito dos Contratos Públicos, ambas pela Universidade de Lisboa.

Foi consultor e formador no Comité de Estudos e Auditoria em Contratação Pública, Investigador Júnior no Observatório para a Aplicação do Direito da Concorrência – Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto, é Membro dos Comités de Direito dos Contratos Públicos e Direito do Ambiente da Associação de Direito Administrativo (ADA) e exerce funções como advogado estagiário no departamento de Direito Público e Contratação Pública da sociedade de advogados SRS Legal.



Objetivos

A presente formação tem como objetivo apresentar uma súmula atualizada dos entendimentos jurisprudenciais dominantes nas matérias de contratação pública mais controversas. Com recurso à análise e debate dos Acórdãos mais recentes proferidos no seio da justiça administrativa (Supremo Tribunal Administrativo ou Tribunais Centrais-Administrativos) ou na justiça financeira (Tribunal de Contas), sem esquecer o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), pretende-se dar ao formando uma visão holística, completa e atualizada sobre como os Tribunais têm decidido os problemas do dia-a-dia, desde os mais fáceis, aos mais complexos.

Com uma metodologia compreendida em três fases, far-se-á uma breve introdução da matéria em causa, seguida pela discussão em sala sobre as possíveis soluções a dar ao caso, finalizando-se com o enquadramento factual e jurídico da jurisprudência mais relevante.

No final, o objetivo é que os formandos tenham conhecimento como é que a jurisprudência olha para os seus problemas, e resolve-os, permitindo, no plano preventivo, que se preparem procedimentos com mais segurança e robustez, evitando-se futuros litígios e minorando-se riscos, ou, no plano reativo, que se preparem argumentos mais incisivos e decisivos.

Público-Alvo

Trabalhadores de entidades adjudicantes, trabalhadores de departamentos jurídicos/contenciosos de operadores económicos, juristas, advogados e estudantes com interesse no Direito dos Contratos Públicos.

Metodologia

- ✓ Formação Certificada pela DGERT – Certificado emitido pela Plataforma SIGO
- ✓ Formação em Plataforma on-line (Teams)
- ✓ No decorrer da formação, os formandos serão incentivados a uma participação ativa, com o objetivo de promover uma maior assimilação dos conteúdos abordados, através do envolvimento individual e da análise de situações exemplificativas e casos práticos aplicáveis ao contexto profissional.

Conteúdos Programáticos

1. Sessão 1

- 1.1 Âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos
- 1.2 Escolha do procedimento
- 1.3 Peças do procedimento
- 1.4 Especificações técnicas
- 1.5 Documentos da proposta (em especial: empreitadas de obras públicas)
- 1.6 Agrupamentos e subcontratação

2. Sessão 2

- 2.1 Análise das propostas
- 2.2 Avaliação das propostas
- 2.3 Suprimento de irregularidades formais das propostas
- 2.4 Causas de não adjudicação
- 2.5 Documentos de habilitação e caução
- 2.6 Sanções contratuais e resolução sancionatória

Requisitos de Participação



Do ponto de vista técnico, os formandos terão de dispor de computador com acesso à internet, microfone, colunas/auriculares e câmara e devem testar o equipamento antes do arranque da ação;

Os formandos devem consultar e ter presente o Regulamento e Condições Gerais disponível no site.



Valor e Condições de Pagamento

Valor da Inscrição: 180,00€

(a este valor acresce IVA à taxa legal em vigor)

Condições de Pagamento:

A inscrição ficará confirmada com envio do comprovativo de pagamento, ou no caso de Entidades Públicas, com o envio da respetiva nota de encomenda e/ou número de compromisso, para o email formacao@xni9consulting.com.

Caso o processo interno de despesa não esteja concluído antes dos timings apresentados, podem entrar em contacto connosco, para analisarmos conjuntamente a situação.



XNi9
consulting & training

Together,
we can
make a
difference.

xni9consulting.com

